

**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA/TO**

1 Às oito horas e trinta minutos do dia três de novembro de dois mil e dezesseis,  
 2 na sala de reunião da SEMARH, reuniu-se, ordinariamente, o COEMA/TO. **A**  
 3 **Presidente Meire Carreira**, após a verificação de quórum, declarou aberta a  
 4 49ª Reunião Ordinária, agradeceu a presença de todos, agradeceu a presença  
 5 do Deputado Olintho Neto, destacou a importância da participação da  
 6 Assembléia Legislativa, agradeceu também a participação da Comunidade  
 7 Mumbuca, por fim agradeceu e parabenizou a equipe da SEMARH pelo  
 8 empenho na construção da Política do Capim dourado e do Buriti, destacou  
 9 que a principal pauta é a discussão e encaminhamento da minuta dessa  
 10 política. Ressaltou que a construção da Política do Capim Dourado e do Buriti  
 11 foi amplamente debatida, tanto entre os técnicos, como com a comunidade  
 12 diretamente envolvida. Estavam presentes o Secretário Executivo Rubens Brito  
 13 (SEMARH), Edson Cabral de Oliveira (Naturatins), João Gomes Barbosa e  
 14 Breno Barbosa Vilas Boas (SEAGRO), Eliene Gomes dos Santos (SEDUC),  
 15 Alexandre Barreto Almeida dos Santos (SEINF), Rodrigo Sabino Teixeira  
 16 Borges (SEPLAN), Idiane Abreu Cabral (SEFAZ), Lucas Santos Costa e  
 17 Wallace Rafael Rocha Lopes (IBAMA), Adriana Soraya Alexandria Monteiro  
 18 (IFTO), Antonio Batista de Sá (FETAET), Rodrigo Martins Ribeiro (CREA),  
 19 Fernando Afonso Nunes Filho (IDAHRA) Antonio Carlos Galacho (AMEAMA) e  
 20 Olintho Garcia de Oliveira Neto (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA). Em seguida a  
 21 Presidente fez a leitura da pauta: **1.** Abertura; **2.** Palavra livre. **3.** Ordem do dia:  
 22 (i) Aprovação da Ata 48ª Reunião Ordinária; (ii) Análise e votação de minuta de  
 23 Projeto de Lei que dispõe sobre a Política do Capim Dourado e Buriti; (iii)  
 24 Análise de solicitação da OAB para compor o COEMA; (iv) Informes da  
 25 Secretaria Executiva; **4.** Palavra livre; **5.** Encerramento. E dando  
 26 prosseguimento declarou aberta a palavra livre. **Edson Cabral (NATURATINS)**  
 27 registrou a necessidade de se cumprir horário. Solicitou um espaço na pauta  
 28 para relatar a experiência do Naturatins no trabalho de auditoria da adequação  
 29 da lei que foi aprovada na última reunião, que é a descentralização para os  
 30 municípios, falar do ocorrido em Araguaína e, solicitar uma reunião  
 31 extraordinária para discutir algumas alterações. Agradeceu a presença do  
 32 Conselheiro Lucas, que está à frente do IBAMA, agradeceu também a  
 33 presença do Deputado Olintho Neto, ressaltando a importância da participação  
 34 da Assembléia Legislativa e, reforçou a importância da aprovação do novo  
 35 código florestal na assembléia. O **Secretário Executivo Rubens Brito**  
 36 agradeceu a presença de todos, e iniciou as apresentações dos presentes, e  
 37 após abriu para palavra livre. O conselheiro **Antonio Batista de Sá (FETAET)**  
 38 citou uma reportagem recente sobre desmatamento ilegal na região de  
 39 Taquaruçu, destacando o reflexo do desmatamento na escassez dos recursos  
 40 hídricos, registrou a importância do conselho acompanhar mais ativamente  
 41 essas questões, que vem se tornando mais freqüentes. **Olintho Garcia de**

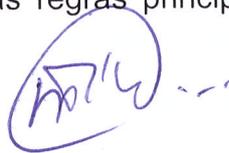
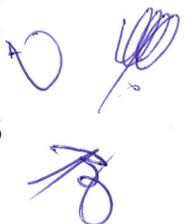
42 **Oliveira Neto (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)** solicitou uma cópia da Minuta do  
43 Código Florestal aprovada pelo Conselho e encaminhada a Casa Civil. Fez um  
44 questionamento em relação à possibilidade de perda da cadeira no conselho  
45 motivada por faltas às reuniões, alegou que na condição de suplente não foi  
46 informado sobre as datas das reuniões por parte da titular da Assembléia  
47 legislativa, e se comprometeu a participar mais ativamente, destacando a  
48 importância da Assembléia no Conselho. A **Presidente** agradeceu as  
49 contribuições, ressaltou a fala do Deputado Olintho, e informou a grande  
50 satisfação com o compromisso de participação firmado pelo deputado e,  
51 reforçou a importância da participação da Assembléia legislativa no Conselho,  
52 pois, participando das discussões, o encaminhamento se torna mais eficiente e,  
53 não havendo tantas alterações dentro da assembléia. A **Presidente** esclareceu  
54 também que a questão das faltas, o que dispõe o regimento interno, faltas é  
55 motivo para substituição, por isso o cuidado e empenho em informar os  
56 conselheiros em relação a convocação das reuniões, tanto por email, quanto  
57 por telefone. O **Secretário Executivo Rubens Brito** explicou que, o conselho  
58 tem interesse e respeito na participação da Assembléia Legislativa, pois é o  
59 destino de todos os projetos de Lei, por isso a importância da participação nos  
60 debates para a construção dos projetos, mas existe um regimento a ser  
61 seguido, e no ano de 2014 a Assembléia Legislativa não participou de  
62 nenhuma reunião do Conselho, em 2015 não houve indicação de membros  
63 para o conselho, e em 2016 as duas reuniões que já aconteceram também não  
64 tiveram participação da Assembléia Legislativa, é importante esclarecer. A  
65 **Presidente** comentou também que, na construção da Política florestal, a  
66 Assembléia fez muita falta nesse um ano de discussão, mas o importante é que  
67 de agora em diante poderemos contar com uma participação mais ativa da  
68 Assembléia. O **Secretário Executivo Rubens Brito** informou também, que  
69 todo o material, incluindo a minuta do Código Florestal Estadual, solicitado pelo  
70 Deputado Olintho será encaminhado via email o mais breve possível. O  
71 deputado **Olintho Garcia de Oliveira Neto (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)**  
72 completou que precisa do envio do Código florestal, pois já existe na  
73 assembléia uma discussão em torno dessa matéria, já existe um projeto sendo  
74 estudado, discutido e formatado pela Assembléia, pois o que foi discutido no  
75 COEMA ainda não foi encaminhado a Assembléia Legislativa, então, iniciamos  
76 um debate o qual eu liderei com um grupo de 12 deputados, fomos ao  
77 Naturatins para fazermos a discussão, pois não participamos das discussões  
78 no âmbito do COEMA, mas tivemos acesso a matéria aprovada pelo conselho  
79 e havia alguns pontos sendo questionados pelos produtores, entidades e  
80 associações sobre o texto aprovado, talvez ate por isso não tenha sido  
81 encaminhado, solicitou um esforço junto ao governo para que seja  
82 encaminhado o mais breve a Assembléia, para que possamos dar seguimento  
83 a esse que é um dos projetos mais importantes para o desenvolvimento do  
84 estado. O **Secretário Executivo Rubens Brito** agradeceu o interesse e  
85 empenho do Deputado Olintho em dar andamento a aprovação do Código

86 florestal, e passou ao próximo item da pauta, a aprovação da ATA da 48ª RO,  
87 abriu para apontamentos e solicitação de alterações, não houve apontamentos,  
88 então, foi colocada em votação, aprovado por maioria, houve três abstenções.  
89 O Secretario passou a palavra para o consorcio, a representante Isabel  
90 Schdmit para leitura da **Minuta do Projeto de Lei de Uso Sustentável do**  
91 **Capim-dourado e do Buriti. Isabel Schdmit (consorcio Pequi)** Iniciou a  
92 apresentação pedindo sugestão de como gostaria que fosse feito o debate,  
93 ficou definido que será lido e discutido ponto a ponto, e iniciou a leitura.  
94 **Danielle (IBAMA)** questionou a Seção I - Dos conceitos, Art. 2º, item IX -  
95 Hastes de capim-dourado *in natura* considera-se com ou sem flor, pois madura  
96 ainda está com a flor, mesmo retirada da base e, *in natura* já é sem a flor.  
97 **Isabel Schdmit (consorcio Pequi)** respondeu que será detalhado mais  
98 adiante, onde diz que as hastes só poderam ser coletadas maduras e após a  
99 coletas as flores devem ser retiradas e dispersas no campo. **André (Funai)**  
100 questionou a Seção II - Disposições Gerais, Art. 3º, § 1º, item XI – onde dispõe  
101 sobre a origem do Capim-dourado, e destacou ser fundamental especificar o  
102 que seria essa origem. **Isabel Schdmit (consorcio Pequi)** explicou que  
103 historicamente não existe um estudo ou pesquisa científica que comprove a  
104 origem do artesanato de capim-dourado no Estado do Tocantins. O **Secretário**  
105 **Executivo Rubens Brito** sugeriu ao André, como encaminhamento, para que  
106 repasse os relatos para a Isabel analisar a pertinência de inclusão. **Edson**  
107 **Cabral (Naturatins)** sugeriu que seja solicitado destaque aos itens passíveis  
108 de alterações, e os demais que não tiverem destaque ficam considerados  
109 aprovados. A conselheira **Danielle (IBAMA)** questionou a Seção II -  
110 Disposições Gerais, Art. 3º, § 3, item IV – se as regras anteriores irão ser  
111 revogadas. **Isabel Schdmit (consorcio Pequi)** explicou que as penalidades  
112 são estabelecidas de acordo com a legislação vigente, e elas não se chocam.  
113 **Danielle (IBAMA)** questionou se a carteirinha de autorização não seria mais  
114 um instrumento. **Isabel Schdmit (consorcio Pequi)** esclareceu que este item  
115 deverá ser regulamentado posteriormente e por isso não entraria como  
116 instrumento. O **Secretário Executivo Rubens Brito** explicou que como a  
117 carteirinha muda com procedimentos, e por isso não seria o lugar ideal do texto  
118 ficar como instrumentos, uma vez que o instrumento é a fortaleza da Lei. E  
119 continuou sugerindo uma proposta de ao invés de ter os princípios, as  
120 diretrizes e os objetivos como um parágrafo, de tê-los como artigo, uma vez  
121 que o artigo é mais forte do que o parágrafo. **Isabel Schdmit (consorcio**  
122 **Pequi)** respondeu que a proposta pode ser acatada visto que em uma das  
123 versões anteriores estava como sugerido, então, diretrizes, objetivos e  
124 princípios cada um vai virar o seu artigo. O deputado **Olintho Garcia de**  
125 **Oliveira Neto (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)** lembrou que o  
126 zoneamento(ZEE) é um instrumento, e questionou se existe previsão para  
127 conclusão desse estudo. O **Secretário Executivo Rubens Brito** respondeu  
128 que existe Zoneamento Ecológico-Econômico para o estado, o  
129 macrozoneamento estabelece as regras principais e que o zoneamento tem

RSD Borges



8.

pe  
BBSB

130 que ser feito no mínimo em uma escala de um para cem mil, já temos isso para  
131 a região norte do estado e já está em andamento o ZEE para o restante o  
132 estado. O conselheiro **Rodrigo (Seplan)** complementou dizendo que existe um  
133 contrato assinado de zoneamento com o apoio do projeto PDRIS/Banco  
134 Mundial, e o trabalho específico de zoneamento está sendo feito desde o junho  
135 de 2015 com perspectiva de finalizar o trabalho técnico em outubro de 2017. O  
136 deputado **Olintho Garcia de Oliveira Neto (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)**  
137 questionou se o zoneamento da região norte, que não está mais vigente, ainda  
138 está sendo utilizado como referência pelo Naturatins, e solicitou cópia do  
139 contrato de zoneamento PDRIS/Banco Mundial para que possa cobrar  
140 agilidade. **Edson Cabral (NATURATINS)** respondeu que o Naturatins utiliza  
141 todos os instrumento disponíveis com relação a georreferenciamento, e quando  
142 ocorrem divergências são analisadas e concluídas com as informações mais  
143 atualizadas disponíveis. Registrou que os procedimentos de atualização e  
144 estudo, especificamente quando envolve georreferenciamento, são rápidos. O  
145 **Secretário Executivo Rubens Brito** fez o compromisso de encaminhar todos  
146 os documentos solicitados pelo Deputado Olintho Neto, via Secretaria  
147 Executiva, no prazo mais curto possível. O conselheiro **Rodrigo (Seplan)**  
148 esclareceu ao Deputado Olintho Neto que o zoneamento está sendo conduzido  
149 pela SEPLAN juntamente com outros seis órgãos, e se colocou a disposição  
150 em ir na Assembléia fazer os esclarecimentos necessários. **Ricardo Haidar**  
151 **(CREA)** solicitou esclarecimentos a respeito da aprovação do Inventário  
152 Florestal Estadual. O **Secretário Executivo Rubens Brito** reforçou a  
153 importância desse instrumento e informou que a publicação deste documento é  
154 competência da Seplan. O conselheiro **Rodrigo (SEPLAN)** informou que os  
155 materiais do Inventário Florestal Estadual estarão disponíveis no site até a  
156 próxima semana. Após os questionamentos **Isabel Schdmit (consorcio**  
157 **Pequi)** deu continuidade na leitura da Minuta. **A Presidente Meire Carreira**  
158 sugeriu alteração da palavra CARTEIRA no Capítulo II, Art. 5º, por outra que  
159 englobe os diversos tipos de ativos, previnindo assim possíveis alterações na  
160 lei. **Edson Cabral (NATURATINS)** completou esclarecendo que a lei, após  
161 aprovada, obriga as instituições com as quais intereje a adequarem portarias e  
162 normas. O conselheiro **Wallace (IBAMA)** sugeriu que fosse excluído o  
163 parágrafo. Alterado o texto, **Isabel Schdmit (consorcio Pequi)** deu  
164 continuidade na leitura da Minuta. O **Secretário Executivo Rubens Brito**  
165 questionou o Art. 10, § 1º, se não seria o caso de incluir na redação a  
166 possibilidade de obter o documento de autorização por meio eletrônico.  
167 **Danielle (IBAMA)** levantou que a proposta beneficia não somente as  
168 populações e comunidades tradicionais, ela beneficia também o produtor rural  
169 que tem o capim-dourado em sua propriedade. **Edson Cabral (NATURATINS)**  
170 lembrou que o objetivo principal dessa lei é a certificação de origem, e que ela  
171 visa principalmente atender um interesse social e cultural. **Isabel Schdmit**  
172 **(consorcio Pequi)** esclareceu que só poderão efetuar coleta em suas terras  
173 pessoas autorizadas que tenham um Plano de Coleta, e que provem que a



174 atividade é de baixo impacto. **Ricardo (Unitins)** questionou a respeito do fogo,  
 175 quem será o responsável pelo manejo do fogo. O **Secretário Executivo**  
 176 **Rubens Brito** explicou que os responsáveis serão especificados no Termo de  
 177 Acordo e no Plano de Coleta. **Danielle (IBAMA)** sugeriu que fosse incluída  
 178 uma definição de extrativista, e que fosse mudado o Art. 14 onde se lê  
 179 "observadas as seguintes regras" por "com especial atenção às seguintes  
 180 regras", para dar um destaque especial. O conselheiro **Wallace (IBAMA)**  
 181 manifestou preocupação quanto a fiscalização, e sugeriu que seja feito um  
 182 decreto definindo quais as penalidades e excludências, como identificar autoria  
 183 e materialidade, ou ainda a inclusão penalidades ao não cumprimento do  
 184 Guia. O **Secretário Executivo Rubens Brito** respondeu que o Guia de boas  
 185 práticas é apenas orientativo, e não existe punibilidade para o não  
 186 cumprimento do mesmo. **Isabel Schdmit (consorcio Pequi)** deu continuidade  
 187 na leitura da Minuta. **Wallace (IBAMA)** falou sobre a preocupação em relação  
 188 ao Art. 15, que dispõe sobre a dispensa de autorização do uso do fogo. O  
 189 **Secretário Executivo Rubens Brito** sugeriu uma alteração na redação,  
 190 retirando o termo dispensa, visto que o termo dispensa requer uma autonomia  
 191 que está sendo dada ao Naturatins, sendo que existe uma restrição em relação  
 192 a isso no código federal. Em seguida fez-se encaminhamento de pausa para o  
 193 almoço, e solicitou retorno de todos, em função do quórum de votação. Não  
 194 havendo contrários, foi declarada pausa com retorno previsto para às quatorze  
 195 horas, e o **Secretário Executivo** encerrou o momento da palavra livre. Dando  
 196 continuidade e por falta de quórum estabelecido, não constou na presente Ata  
 197 as discussões dos temas tratados após a pausa. Eu, Rubens Pereira Brito,  
 198 secretário executivo deste conselho, escrevi a presente ata que será lida e  
 199 aprovada pelos membros.

200

201

202

Presidente

  
 Secretário Executivo

ASSINATURAS:

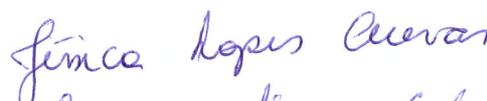
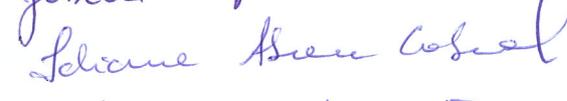
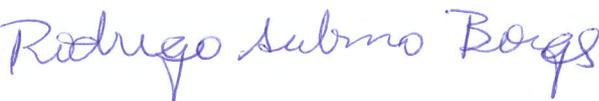
 - SEAGRO


 - CREA/TO  
 Juliana S. D. Monteiro - IFTO

 - SEINF

 ONG - ANEAMA

 IBAMA/TO


 Jéssica Lopes Azevedo  
 Selma Azevedo  
 Rodrigo Adriano Borges

**Instituições Ausentes:**

Associação Tocantinense dos Municípios – ATM;  
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura – SEDETUR;  
Secretaria de Saúde- SESAU;  
Polícia Militar do Estado do Tocantins – PM/TO;  
Procuradoria Geral do Estado – PGE;  
Ministério Público Estadual – MPE;  
Comunidade Indígena;  
Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS;  
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins – FAET;  
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO – sem indicação;  
Federação das Associações Comerciais e Indústrias do Tocantins – FACIET;